

**SOB OS PANOS QUENTES DO ÚLTIMA HORA: A VISITA OFICIAL
DE JANGO A KENNEDY E A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE**

**IN THE *ÚLTIMA HORA* HOT RIBS: THE OFFICIAL VISIT OF *JANGO*
TO KENNEDY AND INDEPENDENT EXTERNAL POLICY**

**BAJO EL TRAJOS CALIENTES DE *ÚLTIMA HORA*: LA VISITA
OFICIAL DE *JANGO* A KENNEDY Y LA POLÍTICA EXTERNA
INDEPENDIENTE**

Lauren dos Reis Bastos¹

Resumo: O trabalho que será desenvolvido procura abordar, contudo sem exaurimento, a viagem oficial realizada pelo então presidente da República João Goulart, ao presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, em abril de 1962. O artigo tem como pano de fundo a Política Externa Independente, assim como a dissidente política interna, em evidente contraponto às ideologias do bloco ocidental liderado pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Para análise utiliza-se, a transcrição dos discursos e conversações entre os dois estadistas, assim como as publicações do jornal Última Hora, que fornece a repercussão da viagem, dentro das oscilações da coletividade brasileira. O trabalho também objetiva verificar as razões da viagem e o saldo final, quando do retorno do presidente, sopesando a importância do evento para a popularidade do governo.

Palavras-chave: João Goulart. Última Hora. Política Externa Independente.

Abstract: The work that will be developed seeks to address, however without undue delay, the official trip made by the then President of the Republic, João Goulart, to the President of the United States, John Kennedy, in April 1962. The article has as its background the Independent Foreign Policy, as well as the domestic political dissident, in clear counterpoint to the ideologies of the Western bloc led by the United States in the context of the Cold War. For analysis, the transcription of the speeches and conversations between the two statesmen is used, as well as the publications of the newspaper Última Hora, which provides the repercussion of the trip, within the oscillations of the Brazilian collectivity. The paper also aims to verify the reasons for the trip and the final balance, when the president returns, weighing the importance of the event to the popularity of the government.

Keywords: Independent Foreign Policy. João Goulart. Última Hora.

Resumen: El trabajo que se desarrollará busca abordar, sin embargo, sin demora indebida, el viaje oficial realizado por el entonces Presidente de la República, João Goulart, al Presidente de los Estados Unidos, John Kennedy, en abril de 1962. El artículo tiene como fondo la Política Exterior Independiente, así como la política interna disidente, en claro contrapunto a las ideologías del bloque occidental lideradas por los Estados Unidos en el contexto de la Guerra Fría. Para el análisis, se utiliza la transcripción de los discursos y conversaciones entre los dos

estadistas, así como las publicaciones del diario Última Hora, que proporciona la repercusión del viaje, dentro de las oscilaciones de la colectividad brasileña. El documento también tiene como objetivo verificar las razones del viaje y el balance final, cuando el presidente regrese, sopesando la importancia del evento para la popularidad del gobierno.

Palabras clave: João Goulart. Última Hora. Política Exterior Independiente.

Introdução

A despeito da viagem diplomática recentemente (mar/mai 2019) realizada pelo chefe de Estado brasileiro ao presidente da nação norte-americana, a história mais uma vez nos reserva valorosa reminiscência da relação com os estadunidenses. Em épocas outras, a semelhante visita cortês feita por João Goulart a John Kennedy, revelou diversa postura, conteúdo e desígnio. Inobstante o paralelo das viagens, os fatos certamente não serão tomados como anacronismo, observando-se apenas uma idiosincrasia do inevitável tempo presente, para a pesquisa e estudo historiográfico abaixo desenvolvido.

O acumulado histórico da atividade diplomática do Brasil, caracteriza-se principalmente pela fidelidade aos seus princípios norteadores², nada obstante a adoção de práticas heterogêneas durante seus anos de atuação, inaugurados com o Barão do Rio Branco³. Casualmente, essas práticas fizeram uso tanto de um comportamento mais comedido, quanto perseguindo o protagonismo nas relações internacionais, com destaque para alguns profusos atores políticos, de idêntica distinção no contexto interno da nação. Longe da casualidade, essa intrínseca relação inevitavelmente pode ser reconhecida nos anos de Política Externa Independente (PEI), abertamente subscrita pelos governos de Jânio Quadros e João Goulart, período compreendido pelos primeiros anos da década de 60. Assim, seja internamente ou inserido no contexto internacional, os elaborados princípios e diretrizes da PEI encaminharam o país a uma preeminente atuação pan-americana, com vistas ao desenvolvimento e progresso da nação.

Todavia, como não poderia deixar de ser, as práticas empreendidas na diplomacia brasileira somavam críticas em diversos setores da sociedade, além de provocar suspeição junto aos Estados Unidos, líder do bloco capitalista no contexto da Guerra Fria que se impunha mundialmente. As diretrizes de autonomia e não alinhamento ideológico durante o período foram executadas *ipsis litteris*, observados em alguns exemplos, como a recusa brasileira em impor sanções a Cuba após a Revolução; a defesa do Direito Internacional contra a política de poder empreendida pelos EUA; a recente retomada das relações com a URSS, além dos

discursos de San Tiago Dantas, Chanceler brasileiro durante o governo de João Goulart (Vizentini, 2004). Assim, orientado pela PEI, cujos preceitos serão abordados à frente, as relações exteriores sofreram abalos, principalmente no cenário hemisférico, onde os Estados Unidos exercia intensa pressão política.

Dentro desse contexto de impasse diplomático, o presidente João Goulart fez visita oficial a John Kennedy, tentando contornar a situação criada pela própria diplomacia, ratificando a boa relação com o influente vizinho. Possuía também o intento de solicitar recursos financeiros, que contribuiriam para o desenvolvimento de projetos gestados no Nordeste do país, cujo sucesso era interesse mútuo. A visita, portanto, era pertinente e querida pelos dois presidentes.

Nesse ínterim, para tecer o pano de fundo do presente artigo, faço uso da resenha intitulada “Visita do Presidente Sr. João Goulart aos Estados Unidos e ao México” (RBPI, 1962, p. 326-340), publicada através da Revista Brasileira de Política Internacional, como base descritiva da viagem. O texto fez transcrições completas dos discursos e conversações entre os estadistas, permitindo a análise da literalidade do evento. Em comparação e complementação, serão analisadas as edições do jornal Última Hora, no período compreendido entre 29/03/1962 até 06/04/1962, que além de ter informado parcela da sociedade brasileira sobre o compromisso oficial, desde a preparação da viagem até a repercussão da mídia estadunidense, também imprimiu a subjetividade de conteúdo opinativo.

Porquanto, como ensina Tânia de Luca (2005), é necessário que se conheça as tendências do corpo editorial, as relações com as instituições políticas e pressões exercidas por essas, adotando-se postura crítica frente ao conteúdo veiculado. A prudência no trato com a fonte jornalística deve pautar a pesquisa, independente se a história analisada é do próprio periódico ou se o escopo é algum fato contado através da imprensa. O intento desse trabalho não é tomar o jornal como objeto, mas utilizar-se dele para robustecer a tensão diplomática, a exaltação ao governo e a reprodução interna do episódio.

Por conseguinte, é necessário esclarecer que o Última Hora foi fundado em 1951, pelo imigrante russo Samuel Wainer, incentivado e, segundo a oposição, patrocinado por Getúlio Vargas. Esse, recém-admitido na presidência, sofria duras críticas e necessitava da imprensa para influenciar a opinião pública, razão pela qual aprovou empréstimo do Banco do Brasil a Wainer, que apoiou não apenas Vargas, mas todos os governos ulteriores, simpatizantes da política getulista (Skidmore, 2010).

O emprego do periódico pretende expor sua interpretação do episódio e o desígnio deliberado de colocar panos quentes nas tensões do governo. As reportagens *in loco* evidenciaram o clima festivo da visita, e as opiniões dos colunistas, em maioria partidária ao presidente, exaltavam a cordialidade desse com Kennedy, muito embora também seja possível inferir a partir da análise do conteúdo, breves declarações oposicionistas e a inegável relação de poder exercida pelos Estados Unidos sobre o Brasil.

O impresso, consultado através do sítio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁴, teve o condão de influenciar as memórias coletivas e opinião pública, considerando o pendor nacionalista que caracterizou o corpo editorial desde sua fundação. Sem dúvida, tais idiosincrasias contribuíram para o ambiente de polarização política interna, que culminaria (1964) no triunfo dos conservadores aliados ao bloco capitalista, evento que não será abordado, mas cujas nuances podem ser aqui observadas.

Diretrizes da Política Externa Independente

A ideologia da PEI, assim referida por Paulo Fagundes Vizentini (2004), iniciou a partir da percepção do nacionalismo e da barganha internacional, impulsionado por Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek entre as décadas de 1950 e 1960. Contudo, foi na sua transição e, precisamente, a partir de 1961 quando o país se encontrava sob a chefia de Jânio Quadros, que a PEI se desenvolveu como doutrina. Efetivamente, a adoção dos preceitos não propiciou entendimento e aceitação unânimes, mas com isso não se deixou abalar ou modificar elementos essenciais, haja vista suas orientações encontrarem-se fundadas em preceitos concretos, científicos e coerentes, de acordo com as necessidades do país. Bastava um ator com as características de determinação e constância para defender suas diretrizes.

O núcleo ideológico, segundo Vizentini (2004), consagra-se através de cinco princípios básicos, sendo dois de natureza econômica, avalizando a supracitada independência, e os outros três cunhados por motivações políticas. Os primeiros tratam da redução tarifária, intensificação das relações comerciais com todas as nações, seguindo-se à formulação autônoma de projetos para o desenvolvimento da nação. A PEI buscava estimular e receber o auxílio internacional, desde que esse apoio se mostrasse genuíno à colaboração do progresso doméstico.

No que concerne ao plano político, a PEI salientava a necessidade da conservação da paz entre os povos através da coexistência pacífica, bem como não-intervenção nos assuntos

internos dos Estados, observada a soberania legitimada pelas regras do direito internacional. O quinto e último princípio buscava fornecer apoio à emancipação completa daquelas nações que ainda se encontravam sob o estigma colonial das grandes metrópoles (Vizentini, 2004).

Diante da conjuntura interna e externa que se apresentou aos chanceleres durante o período, é possível verificar que os princípios econômicos se traduziam em objetivos, alinhados ao interesse de progresso nacional. Estrategicamente, pretendiam a ampliação das exportações de produtos, com qualquer nação que tivesse meios de pagamento e acima de qualquer ideologia política, e com isso, a partir da obtenção recursos, fomentar o desenvolvimento da indústria e economia.

Por sua vez, os três princípios políticos se transformaram em entraves à consumação dos primeiros. A sua recepção causou desassossego aos Estados Unidos, que figurava como um dos principais parceiros comerciais do Brasil, e de quem dependia do sucesso desenvolvimentista patrocinado pelo seu capital, injetado através do programa Aliança para o Progresso. A nação vizinha, líder do bloco capitalista, encontrava-se taciturna frente aos princípios de autodeterminação e não-intervenção da PEI.

Afirmção da PEI na visita de Jango a Kennedy

Como o próprio nome refere, a política desenvolvida no cenário internacional se caracterizava como independente, dado que procurava dialogar e manter bom relacionamento com todas as nações, desprendido de coalizões pré-estabelecidas (Vizentini, 2004). Esse posicionamento da diplomacia brasileira, durante a imersão mundial da Guerra Fria e a irracional queda de braço entre suas duas principais potências, tornou-se desafiador a partir do momento em que o país necessitava de ajuda dos Estados Unidos, cujo capital e tecnologia eram necessários para impulsionar o desenvolvimento nacional. Infere-se, portanto, que os estadunidenses também possuíam interesse no Brasil, haja vista que se tratava do maior país da América Latina, podendo endossar a política do pan-americanismo e o programa Aliança para o Progresso, em uma equação onde essa estaria a serviço do daquela. Portanto, o interesse era recíproco e a boa relação essencial para ambas as nações.

As pressões sobre os chanceleres brasileiros, que atuaram com a PEI, foram subscritas pelos estadistas norte-americanos, propondo uma verdadeira permuta: o apoio brasileiro no combate à ameaça comunista, arquitetando um grupo hemisférico capitalista, em contrapartida do auxílio necessário e tão fundamental para o progresso nacional (Vizentini, 2004). Contudo,

as negociações referentes ao programa Aliança para o Progresso haviam sido suspensas, “devido à insistência americana em controlar sua aplicação” (Skidmore, 2010, p. 259). Dessa forma, plausível a conclusão de que tal auxílio estaria implicitamente condicionado ao *modus operandi* dos investidores estrangeiros, com o engessamento dos dirigentes, das políticas e do direito brasileiro, a fim de permitir irrestrita atuação e exploração dos potenciais nacionais.

Conhecedores das imposições norte-americanas, os chanceleres rechaçaram a proposta, reafirmando os princípios norteadores da Política Externa Independente, sólidos em suas convicções. Observou-se tal característica, com bastante intensidade, no personagem do chanceler San Tiago Dantas, cujos discursos foram avalizados pelo Presidente João Goulart, na oportunidade em que visitou os Estados Unidos em abril de 1962.

Uma sucessão de fatos caracterizou esse contexto bilateral. Primeiramente, a conjuntura histórica do Movimento da Legalidade ainda era fresca, dado que a situação ocorreu entre agosto e setembro de 1961. Em seguida, a retomada das relações com a União Soviética, em novembro do mesmo ano, também sinalizou um alerta no Departamento de Estado, ao mesmo tempo em que se acentuava a polarização política interna do Brasil. Contrariando as expectativas estadunidenses, San Tiago Dantas adotou brilhante discurso legalista na Conferência de Punta Del Este⁵, em janeiro de 1962, na defesa do direito internacional e de não-intervenção. No voto, se absteve quanto à proposta de expulsão cubana da Organização dos Estados Americanos (Vizentini, 2004).

A cereja do bolo ocorreu com a encampação da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da *International Telephone and Telegraph* (ITT), empresa norte-americana pertencente ao grupo Morgan. O ato, realizado em 16/02/1962 pelo governador gaúcho Leonel Brizola⁶, provocou a ira dos conservadores brasileiros, investidores estrangeiros, e de Kennedy, que na defesa da comunidade empresarial verbalizou críticas públicas contra o petebista, tanto pelo ato em si, quanto pela divergência no valor da indenização:

O episódio agravou as relações do Brasil com os Estados Unidos, levando o presidente John Kennedy a desenvolver todo o tipo de pressão e, ainda, a criticar publicamente o governador do Rio Grande do Sul. Ele declarou numa entrevista coletiva, quando indagado sobre o episódio da encampação da subsidiária da ITT no Rio Grande do Sul, que “o governador Brizola não é dos mais amigos do nosso País”. (BRAGA et al., 2004, p. 56).

Diante disso, a viagem oficial aconteceu com o intuito de amenizar as consequências dos fatos supracitados, tendo sido organizada com o propósito de “reverter este processo de

deterioração das relações Brasília-Washington e, sobretudo, acalmar os investidores norte-americanos” (Vizentini, 2004, p. 193). Ademais, a situação econômica do Brasil também pesou para a missão:

Diante da contínua crise financeira, que Jânio apenas começara a atacar, Jango sabia que teria de convencer os Estados Unidos e as autoridades monetárias internacionais da seriedade de suas intenções. [...] Embora a viagem de Jango fosse essencialmente uma missão de cortesia, os dois lados ensaiaram gestos concretos. [...] Os dois presidentes também divulgaram comunicado conjunto reafirmando os princípios do sistema Interamericano e se comprometendo a dar apoio ao Mercado Comum Latino-Americano. Nas conversas informais em Washington, Jango tinha dado “sinais de conceder um tratamento razoável” para as empresas estrangeiras de serviço público, cuja expropriação se tornara tema de intensos debates políticos no Brasil. Mas se mostrou relativamente indiferente à insistência americana numa atitude mais cooperativa com a Aliança para o Progresso no Brasil, e não se abalou com as preocupações americanas sobre a infiltração comunista no movimento sindical. (SKIDMORE, 2010, p. 256-260).

À vista disso, não é inconcebível e não se traduz como extravagante, a interpretação fundamentada na tentativa de Kennedy em convencer Goulart de que a cooperação (ou submissão, subversão dos preceitos da PEI) era a melhor alternativa para o progresso brasileiro.

A análise da resenha, com a descrição oficial da missão, permite uma ilustração da conjuntura: Jango desembarcou na capital federal dos Estados Unidos no dia 03/04/1962, tendo no seu programa de viagem conversas com o presidente anfitrião, com o secretário do Tesouro e diversas personalidades do meio financeiro e político. No dia posterior, conferenciou na OEA e discursou para os congressistas americanos no Capitólio; se entrevistou com o presidente do Fundo Monetário Internacional e com o coordenador do programa Aliança para o Progresso, participando também de jantares, recepções e homenagens. Já no território nova-iorquino, no dia 05/04/1962, João Goulart encontrou-se com autoridades regionais, pronunciando-se frente aos meios de comunicação e se fazendo presente também nas dependências da ONU, cumprindo, portanto, a integralidade do programa de viagem, que se encerrou dia 08/04/1962, quando partiu para o México (RBPI, 1962).

Do comunicado conjunto dos presidentes, divulgado para a imprensa, é indispensável que se faça alguns apontamentos interpretativos, bem como transcrição parcial do texto, para compreender quais foram os pontos nevrálgicos da conversa entre os dois chefes de Estado:

Reafirmo que a tradicional amizade entre o Brasil e o Estados Unidos tem prosperado através dos anos como uma consequência da fidelidade do povo brasileiro e do povo norte-americano aos ideais comuns da Democracia representativa e do progresso social, ao respeito mútuo entre as nações e a determinação de ambos os governos de trabalhar juntos pela causa da paz e da liberdade. Os dois Presidentes declararam que Democracia política, a independência e a

autodeterminação nacional, a liberdade individual são os princípios políticos que regem as políticas nacionais do Brasil e dos Estados Unidos. [...] Os dois Presidentes reafirmaram a dedicação de seus povos ao sistema interamericano e aos valores de dignidade humana, de liberdade e de progresso sobre os quais se baseia o mesmo sistema. Expressaram a intenção de fortalecer o mecanismo interamericano para a cooperação regional e de cooperar para proteger este Hemisfério contra todas as formas de agressão. Expressaram ainda seu empenho de que as crises políticas nas nações americanas sejam resolvidas por meio de adesão pacífica ao Governo constitucional, ao império da Lei e à vontade do povo expressa através de processos democráticos. Os Presidentes reafirmaram sua adesão aos princípios da Carta de Punta del Este e à intenção de levar adiante os compromissos que assumiram pela referida carta. (RBPI, 1962, p. 328-329).

Do encontro, Kennedy e Jango esboçaram a necessidade de planejamento e seleção de prioridades, com designação de representantes a fim de auxiliar as agências brasileiras, como meta para execução dos preceitos da Aliança para o Progresso. Nesse diapasão, restou ajustado que o presidente brasileiro iria “manter condições de segurança que permitirão ao capital privado desempenhar o seu papel vital no desenvolvimento da economia brasileira” (RBPI, 1962, p. 329), em uma clara referência à encampação de estrangeiras, seguindo:

O Presidente do Brasil declarou que nos entendimentos com as companhias para a transferência das empresas de utilidade pública para a propriedade do Brasil será mantido o princípio da justa compensação com o reinvestimento em outros setores importantes, para o desenvolvimento econômico do Brasil. O Presidente Kennedy manifestou grande interesse nessa orientação.

Considerando o fragmento do comunicado, constata-se que João Goulart foi aos Estados Unidos com o propósito honesto sobre as encampações, certamente observando a autonomia dos estados brasileiros em relação às concessões dos serviços públicos. Por conseguinte, buscou expressar a solução que pareceu mais viável ao governo e ao país, tendo recebido a disposição e o interesse de Kennedy para essa perspectiva. Ao final do comunicado, os governantes sinalizaram que a conversa ratificou a manutenção da boa relação entre as nações, dispendo-se o governo estadunidense a cooperar para as aspirações do povo brasileiro, reafirmando a ideia de colaboração das nações para o destino do hemisfério (RBPI, 1962).

O discurso realizado perante o Congresso Nacional, em 04/04/1962, mostrou-se menos condescendente e mais conforme com as diretrizes da Política Externa Independente, que vinha sendo executada na América Latina. O tom de amizade e manutenção da harmonia entre as relações, foi reproduzido e validado, desde o início das relações diplomáticas, não esmorecendo sequer quando assumidas “posições divergentes” (RBPI, 1962, p. 331). Na oportunidade, o presidente Goulart enfatizou a semelhança política existente entre as duas nações, principalmente no que tange à democracia, ao caráter federativo e à supremacia da legalidade. O seu discurso, contudo, não olvidou as diferenças sociais e econômicas, que obrigaram os

países a traçarem rotas distintas, embora tencionando o mesmo objetivo, como resta compreensível na transcrição abaixo:

Na luta pelo desenvolvimento e pela nossa emancipação econômica, temos sofrido a influência de fatores contrários, que haveremos de superar. Há desajustamentos permanentes no sistema de relações comerciais entre países de desenvolvimento econômico desigual, com reflexos prejudiciais para as Nações de economia mais fraca. Poderemos eliminar ou pelo menos atenuar esses desajustamentos através de convênios e acordos, na base de entendimentos amistosos e de fórmulas realistas. (RBPI, 1962, p. 331).

Na sequência, Jango responsabilizou a inflação monetária, o declínio na economia devido à recente guerra, bem como a falta de suporte internacional para recuperação da taxa de desenvolvimento. Projetou a mudança no cenário com o premente auxílio do programa Aliança para o Progresso, cuja idealização primeira ocorreu através Operação Pan-Americana (OPA) do presidente Juscelino Kubitschek. Aproveitou o ensejo para esclarecer e acalmar a situação das empresas estrangeiras no Brasil:

Reconhecemos a importância da contribuição estrangeira no processo de nosso desenvolvimento. Tenho dito e repetido que não alimentamos qualquer prevenção contra o capital externo e a colaboração técnica dos países mais adiantados, cuja cooperação desejamos e aos quais asseguramos, dentro dos limites legais estabelecidos e sob a inspiração dos interesses brasileiros, plena liberdade. [...] País em fase de plena expansão, o Brasil oferece amplas possibilidades à iniciativa privada estrangeira que queira lealmente cooperar para o seu desenvolvimento. Em matéria de serviços de utilidade pública, há certas áreas de atrito que convém eliminar, tanto mais quanto, por um fenômeno natural, além de incompreensões entre poder concedente e concessionários, não raro geram equívocos entre países amigos. (RBPI, 1962, p. 333).

Constata-se, a partir da fala do presidente, que apesar de não fazer objeção ao capital estrangeiro, o governo não permitiria a desmedida e leviana atuação das empresas, que buscavam nada além do próprio lucro, em desacordo aos interesses nacionais para o desenvolvimento urbano e industrial. Concluindo sua fala, ressaltou a não integração do Brasil aos blocos políticos-militares e ratificou a necessidade de convivência pacífica entre o mundo democrático e o socialista (RBPI, 1962).

Tem-se, pela entonação geral atribuída à visita, que o governo faria o que estivesse ao seu alcance para manter as relações entre os países, sem, contudo, sacrificar qualquer princípio da PEI. Outrossim, se revela a essência conciliatória da visita, haja vista que os recentes impasses sobre Cuba e a reunião realizada em Punta del Este, não estiveram presentes no

comunicado oficial, muito embora essa tenha sido uma das razões para o encontro. A declaração conjunta dos presidentes demonstra a convergência de algumas ideias e diretrizes político-jurídicas, além da “busca pelo desenvolvimento social e defesa da paz”, gerando ideia de aproximação, tanto aos nacionais quanto para a comunidade internacional. Segundo Charles Sidarta (2015, p. 1-2), “o Brasil não tinha condições objetivas de prescindir da relação com os EUA” e essa consciência foi o norteador da postura negocial de João Goulart, que “aceitava alguns pontos de interesse dos EUA e mantinha certos pontos de vista próprios em evidência”.

A imprensa brasileira acompanhou, em maior ou menor amplitude de detalhes o programa de viagem do presidente, o comunicado redigido em conjunto e o discurso aos congressistas, convergindo os fatos de acordo com as suas próprias orientações políticas. Tanto o editorial, quanto as opiniões dos colunistas do Última Hora refletem a importância da viagem, bem como o índice de popularidade das medidas adotadas pelo governo na Política Externa Independente, contextualizada através das dificuldades econômicas e da emergente polarização política interna.

A viagem narrada pelo jornal Última Hora

Destarte, como já mencionado, o ponto de partida é a compreensão que a maioria das reportagens, títulos e demais opiniões veiculadas no jornal, foram escritos com o viés partidário, pretendendo a defesa do governo de João Goulart. Constata-se as efusivas manchetes de capa, que entregavam ao leitor informações parciais e dúbias, levando-o a crer que o encontro entre os presidentes estava transcorrendo além das expectativas criadas, em clima de quase divertimento.

Além da preparação e do programa de viagem em si, integralmente especificado nos cinco dias em que Jango esteve nos Estados Unidos, o impresso também trouxe as percepções norte-americanas sobre a presença do presidente, a situação do Brasil e da América Latina. Nas edições trabalhadas observou-se a pauta acerca da internalização da Aliança para o Progresso, além da polêmica crise instalada no serviço de telefonia do estado da Guanabara, governado por seu opositor político, Carlos Lacerda. A Política Exterior Independente foi abordada com frequência, apesar de serem apresentadas em pequenas notas no interior do periódico, vinculando-a a casos específicos como a deposição de Arturo Frondizi na Argentina e a Conferência do Desarmamento.

A visita oficial começou a ser abordada com ênfase a partir dos últimos dias de março de 1962. Na edição do dia 29/03, a publicação chama a atenção referindo-se à viagem como a “mais importante já realizada por um presidente brasileiro”, introduzindo os assuntos que os presidentes debateriam presencialmente. Igualmente, expôs que as conversas tratariam de temas com “vital importância para manutenção das boas relações entre os países e para o desenvolvimento do Brasil”, prospectando esquemas de mútua cooperação capaz de superar as “crises que se têm esboçado nas relações”. Interessante pontuar que o periódico não mascarou o sabido mal-estar entre os governos, ao contrário, apresentou aos leitores uma ideia de crise na relação (Última Hora, 1962, p. 4)..

Noticiou o diálogo entre o presidente nacional da UDN, Sr. Herbert Levy, e João Goulart, que em momentos outros protagonizaram episódios de intensa polarização e críticas mútuas. O udenista se dirigiu até Jango, por ocasião da premente viagem, para apresentar seu apoio, “pois a palavra do presidente do Brasil, nas circunstâncias, deve ser reforçada com a solidariedade de todos os brasileiros, reunindo esforços no sentido do desenvolvimento nacional” (Última Hora, 1962, p. 4).

Seguindo na mesma edição e página, o colunista Paulo Silveira repercutiu a matéria da revista *US News and World Report*, que publicou suas impressões acerca da Aliança para o Progresso e dos movimentos políticos, traçando uma comparação entre a amistosa relação com a Argentina militar enquanto o Brasil se encaminhava à esquerda, “talvez a alto custo para os Estados Unidos” (Silveira, 1962, p. 4). Diante das conclusões da revista, o colunista observou que o Brasil seria preterido e visto como inimigo declarado de Washington, estando fadado à expulsão dos planos da Aliança para o Progresso. Ainda, opina com acidez sobre a comparação, dizendo que se os “gorilas nacionais tivessem conseguido consumir o golpe arquitetado quando da deserção do Sr. Jânio Quadros, estaríamos hoje em lua-de-mel com Wall Street e o Departamento de Estado” (1962, p. 4), o que seria ótimo para os Ianques e péssimo para a emancipação econômica do Brasil.

A edição do dia posterior, 30 de março de 1962, publicou informes de Mauritônio Meira, relatando o desejo do presidente Kennedy de retribuir a visita, seja para demonstração de simpatia e apreço ao governo janguista, como também para se pronunciar acerca da Aliança, no território do maior país da América Latina. A um dia da viagem, o Última Hora evidencia as desagradáveis impressões acerca da presença de João Goulart, veiculadas pela imprensa estadunidense, evocando as encampações e expropriações realizadas pelos governos estaduais.

A edição destaca que os periódicos *New York Times*, *Time*, *New York Daily News* e *New York Herald Tribune*, “nem sempre são fundamentados e trazem a informação com precisão” (Última Hora, 1962, p. 4). Em evidente defesa do governo, o jornal procura desarraoar as publicações estrangeiras, comentando a posição contrária do presidente em relação aos atos expropriatórios.

Em paradoxal contraponto, a edição do dia posterior publicou acerca do “otimismo da imprensa e círculos americanos sobre a viagem” (Última Hora, 1962, p. 4), comentário realizado por Moacir Werneck de Castro, correspondente *in loco*. O enviado descreve que a recente passagem de Carlos Lacerda não esmoreceu as expectativas de Kennedy pelo encontro entre os presidentes, mesmo diante das tentativas do opositor de constranger o governo brasileiro. A capa da edição apresentou a fala de João Goulart a Juscelino Kubitschek antes do embarque: “conversa com Kennedy será franca e leal” (1962, p. 1). Na oportunidade, o ex-presidente afirmou à reportagem que o atual havia restaurado a tranquilidade do país e causado boa impressão à comunidade internacional, diante da firmeza com que dirige a política do país.

Por conseguinte, as edições posteriores dos dias 04, 05, 06 e 07 de abril de 1962, reportaram todos os passos, apertos de mão e detalhes dos compromissos de João Goulart, transformando-se em verdadeiro diário de viagem. A exaltação ao presidente, os elogios, homenagens e aplausos recebidos são descritos de maneira efusiva pelo periódico, fazendo jus ao seu posicionamento político. Nessa linha, necessário fazer destaque para o impresso do dia 04/04/62, que traz como manchete de capa a informação de que “Kennedy pede bis do encontro” (Última Hora, 1962, p. 1), deixando para o recheio do jornal a notícia do “encontro íntimo de Jango e Kennedy”, e logo após bajulando a “autoridade que não lhe pode ser negada nem pelos mais apaixonados adversários” (1962, p. 4).

Importante acentuar a existência de opiniões contrárias e críticas, embora publicadas em um grau de importância reduzido, a partir de colunas alocadas na periferia do impresso. A opinião de Octávio Rocha, transparece preocupação em relação às conversações acerca da Aliança para o Progresso e dos valores esperados para o nordeste. Com ironia, se diz aliviado que os presidentes estejam tratando sobre a execução dos projetos, pois o Jornal do Brasil, na edição do dia 05/04/1962, noticiou atraso diante da necessidade de os projetos serem homologados por Washington. Segundo Rocha (1962, p. 4) “não é à toa que já se dizia por aí” ser a Aliança para o Progresso um neocolonialismo, diante da subordinação técnica dos países mais fracos, “através de formas tanto mais sutis, quanto mais cruéis”.

A edição do dia 06/04/1962, publicava a opinião de João Pinheiro Neto, cujo título dá o tom: “cuidado com a austeridade, presidente!” (1962, p. 10). A coluna, cujo conteúdo tratava de economia e finanças nacionais, estava recheada de sarcasmo e ironia velada, dirigidas ao modo com que o presidente João Goulart conduziu as conversas com Kennedy, e como os norte-americanos podem dissimular simpatia. O crítico expôs seu ponto de vista, dizendo que “as gentilezas ultrapassam os limites do protocolo rígido, aplauso popular, compreensão e entusiasmo por toda a parte” (1962, p. 10), exprimindo ao leitor a dissimulada alegria dos nossos vizinhos do Norte. Igualmente, demonstrou preocupação com o preço da simpatia e dos dólares abundantes, após Jango angariar crédito no programa Aliança para o Progresso. Ademais, censura veementemente o pacote de contenção de despesas do governo, com vistas a angariar crédito fácil no exterior, além das fórmulas senis e monetaristas, disfarçadas pela austeridade hipócrita, que levaram Argentina e Chile a uma situação insuportável, podendo levar também o Brasil se Jango continuar a aceitar o discurso austero.

Em contraponto à posição do jornal, as críticas realizadas pelos dois colunistas, versam tanto sobre a postura de Jango, quanto aos assuntos tratados nas audiências. Demonstram, além da preocupação pelo progresso e desenvolvimento nacional, uma desaprovação à conduta do presidente e ao caminho traçado na Aliança para o Progresso. Sem embargo, as reportagens e notícias publicadas pelo jornal Última Hora não se diferenciavam dos outros impressos, pois “na grande maioria das matérias – inclusive em muitas de *O Estado de São Paulo* – se observa o apoio e o contentamento com a postura exercida pelo presidente brasileiro nos EUA” (Domingos, 2015, p. 3).

Conclusão

O propósito desse trabalho consistia em analisar a visita oficial do presidente João Goulart ao presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, bem como sua repercussão através do jornal Última Hora. Primeiramente buscou evidenciar os princípios da Política Externa Independente, fundamental para contextualização do encontro, sem deixar de relatar, transcrever, e interpretar passagens sobre o comunicado e discurso proferido por Jango no território estadunidense, com modesta interpretação a respeito das suas palavras.

Restou explícito quais eram os objetivos, de ambos os governantes, diante do encontro realizado, porquanto a dificuldade via-se instalada após sucessão de atos da diplomacia brasileira. As oscilações e o dissenso sobre as suas palavras foram observados tanto na política

do hemisfério, quanto no ambiente interno do Congresso Nacional, haja vista a grande oposição “mais sólida e generalizada, que já conseguira despojá-lo [João Goulart] de seus plenos poderes presidenciais” (Skidmore, 2010, p. 259). Interessante constatar, diante da exposição textual dos fatos ocorridos, que mesmo com o impasse instalado, a PEI não deixou de ser ratificada, considerando a sua sólida e progressiva formação.

A repercussão da viagem oficial através do Última Hora, iniciada dias antes do embarque, demonstrou a parcialidade com que o periódico tratava os assuntos políticos, bem como a quase adoração ao governo janguista, em consonância à sua defesa da classe trabalhadora. Isto posto, possível constatar o ranço que possuía pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda, e principal opositor de João Goulart, escancarado nas suas páginas, sem qualquer comedimento. Igualmente, o trabalho retratou que o jornal possuía simpatia pelo ex-presidente Juscelino Kubitschek, na mesma proporção em que refutava Jânio Quadros.

A despeito dos elogios viscerais que o jornal distribuía para João Goulart, o colunista João Pinheiro observou hipocrisia e falsidade dos anfitriões, que poderia eventualmente causar ilusão de genuína cooperação dos Estados Unidos. Outrossim, fez tênue crítica à postura do presidente, a jubilação com que foi recebido no país vizinho, o arrebatamento com a sua recepção e dúbia amizade, bem como as medidas senis adotadas pela economia interna, que poderiam levar o país a golpes na democracia, como havia recentemente ocorrido com a deposição de Arturo Frondizi na Argentina e o início do governo ditatorial.

Por fim, a dependência para com os Estados Unidos também foi expressa por Octávio Rocha, colunista que demonstrou desassossegos acerca da execução dos projetos da Aliança para o Progresso, inserida na preocupante situação nordestina. Sua opinião chegou a conjecturar um neocolonialismo, diante da sujeição tecnológica do Brasil para dar prosseguimento aos projetos de desenvolvimento da região.

A recepção da viagem através da imprensa brasileira reside, sobretudo, na polarização interna, divisão política-ideológica, apoiadores/opositores do governo. Os objetivos do encontro são discutidos dentro do contexto patenteado pela PEI e da situação em que a comunidade internacional se encontrava: dividida entre dois blocos ideológicos, quase coagidas a escolher em qual deveriam militar.

Foram essas circunstâncias que influenciaram as publicações do Última Hora, que por sua vez, assim como todo periódico, possui o condão de persuadir as memórias coletivas, opinião pública e os acontecimentos futuros. Seus editoriais e demais reportagens ascenderam

a popularidade do presidente, calejado de críticas e desaprovações, tendo sido congratulado inclusive por opositores, além da população em geral. Aclamado pela quase totalidade das publicações do Última Hora, João Goulart ganhou fôlego no governo, após inúmeros posicionamentos polêmicos e rotulagem comunista, prosseguindo no intento de retomar o presidencialismo. Segundo Skidmore (2010, p. 260), “a viagem de Jango, [...] lhe valera o respeito dos eleitores de classe média e dos adversários conservadores”. Não resta dúvida de que a imprensa foi responsável pela aprovação da opinião pública, mesmo que eventualmente passageira.

Referências bibliográficas

BEMFICA, Flávia Cristina Maggi. **Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: desconstruindo mitos.** Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: PUC, 2007.

BRAGA, K. (Coord.); SOUZA, J.B. (Coord.); DIONI, C. (Coord.); BONES, E. (Coord.). **Leonel Brizola: perfil, discursos, depoimentos (1922-2004).** Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004.

CERVO, Amado Luiz. **Política exterior e relações interacionais do Brasil: enfoque paradigmático.** Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília: v. 46, n. 2, 2003, p. 5-26.

DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. **Ligações Perigosas: a Crise dos Misseis e a deterioração das relações políticas de João Goulart e John Kennedy.** In: Anais Eletrônicos do XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH, São Paulo, v. 1, 2015, p. 1-16. Disponível em:

<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1433385031_ARQUIVO_Anpuhrevisado.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e através dos periódicos. In: Pinsky, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2005, p. 111-154.

REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, n. 18, 1962, p. 326-340.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64).** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações exteriores do Brasil (1945-1964): o nacionalismo e a política externa independente.** Petrópolis: Vozes, 2004.

Referências documentais

ÚLTIMA HORA. Niterói: Editora Última Hora S/A, n. 815, 1962-. Diário.

¹ Mestranda em História da Universidade de Passo Fundo. Email: reisbastos@gmail.com

² Dentre os necessários para desenvolvimento desse estudo, foram considerados os princípios da autodeterminação dos povos, não intervenção em assuntos internos, solução pacífica das controvérsias, multilateralismo normativo, cordialidade oficial no trato com os vizinhos e independência de inserção internacional.

³ José Maria da Silva Paranhos Junior, o Barão do Rio Branco (1845-1912), considerado patrono da diplomacia brasileira.

⁴ Disponível em: < <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

⁵ VIII Reunião de Consulta de Chanceleres das Repúblicas Americanas, Punta del Este-URU, ocorrido entre 22 e 31 de janeiro de 1962.

⁶ O governador gaúcho Leonel Brizola promoveu ato administrativo, através do Decreto n° 13.186/62, retomando a titularidade dos serviços de telefonia, e pondo fim ao contrato de concessão firmado com a Companhia Telefônica Nacional (CTN). A empresa pertencia e respondia diretamente à International Telegraph & Telephone (IT&T), vinculada ao Grupo J.P. Morgan, cujos investimentos na América Latina foram substanciais, compondo prestigiado momento da expansão, comércio e política exterior estadunidense. Mesmo após inúmeras reuniões com seus representantes e extenso trabalho de tombamento e contabilização dos bens, a empresa não aceitou o valor de Cr\$ 1.302.580.000,00 levantado pelos peritos (Bemfica, 2007). Com a recusa da negociação e não podendo mais suportar os péssimos e defasados serviços da companhia, o governador retomou os serviços anteriormente cedidos, indenizando a empresa pelo valor mencionado, o que causou fúria dos investidores, já que achavam a quantia injusto diante do custo do investimento e valor dos bens.